

Título: As jornadas de um bastardo: guerras antoninas pela coroa portuguesa (1580-1589). Autor: Carlos Jokubauskas Coral. Graduação - USP/ PIBIC-FFLCH/
Orientadora: Ana Paula Torres Megiani.

Resumo: Em 1580 Felipe II, rei de Castela, assumiu o trono português dando início ao período conhecido como União das Coroas Ibéricas (1580-1640), mas antes teve que vencer o movimento de resistência liderado por D.António, prior do Crato, chegando este a ser aclamado rei durante o processo. Protagonista de um dos momentos mais simbólicos da memória portuguesa e possuindo uma das trajetórias individuais mais fascinantes do século XVI, a história de D.António foi escrita e interpretada por inúmeros autores durante os séculos, sempre em uma relação de amor e ódio a sua figura. Dessa forma a pesquisa procura realizar uma análise da memória e da historiografia antonina assim como um redimensionamento de sua participação neste período de disputa pela coroa portuguesa.

A figura de D.António o prior do Crato (1531-1595) despertou interesse e paixões entre historiadores e escritores, refletindo em uma vasta bibliografia que vai desde trabalhos acadêmicos, livros destinados ao público infanto-juvenil e até uma peça de teatro escrita por Jorge de Sena.¹ Tal interesse reside no fato que D.António foi um dos protagonistas de um dos momentos mais simbólicos para a memória portuguesa: a crise dinástica e o seu desfecho na União das Coroas Ibéricas (1580-1640). Sua trajetória também contribuiu para tamanha fascinação. Filho de D.Luís, irmão de D.João III, teve uma esmerada educação marcada pela influência humanista. Como nobre acumulou títulos e privilégios, entre eles o priorado do Crato em 1555. Participou de missões no norte da África em 1568 e 1571, sendo governador de Tanger em 1574. Lutou ao lado de D. Sebastião em Alcácer-Quibir (1578). Após sobreviver retorna a Portugal lançando-se na disputa pela coroa contra Felipe II, resultando em uma guerra

¹ (1) Sobre a bibliografia ver: Joaquim Veríssimo Serrão. *O Reinado de D.Antonio, Prior do Crato*, vol. I(1580-1582). Coimbra, 1956. pp. XV-LXVII. Para uma versão mais atualizada ver: João Pedro Vaz. *Campanhas do prior do Crato (1580-1589) - Entre reis e corsários pelo trono de Portugal*. Lisboa, Tribuna, 2005. Em dados gerais as obras se concentram na metade do século XX, para logo depois se registrar um queda significativa na produção. (2) A publicação infanto-juvenil é de Virgínia de Castro Almeida. *A história mais triste de todas*. Coleção Pátria n.º 35. Lisboa. Edições S.P.N, 1943. apud. José Luís Reis Torgal. *História e ideologia*. Coimbra. Livraria Minerva. 1989. pp.208-209 e p.385 nota (38). (3) A peça se denomina *O Indesejado* e foi escrita entre dezembro de 1944 e novembro de 1945, ver: Ronaldo Menegaz. *O Indesejado*, de Jorge de Sena: O rei que foi apenas um homem. *Revista Semear* n.º 6 consultada através do site: http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/6Sem_24.html (25/03/2006)

em solo português (1580-1581) e nas ilhas açorianas (1581-1583), sendo derrotado. No exílio conviveu nas cortes de Catarina de Medicis e Elizabeth I, manteve relações com os líderes da resistência holandesa e navegou ao lado de sir Francis Drake. Morreu na França acreditando em sua causa e na futura vitória de seus filhos se auto-descrevendo como: “(...) um rei que nunca foi ambicioso e que, podendo por muitas vezes descansar, morreu em trabalhos e misérias pela liberdade do seu reino e vassallos.”²

Digna de um romance histórico, toda uma corrente de historiadores identificou nesta história os elementos de uma verdadeira tragédia nacional. Iniciada no século XIX e tendo seu apogeu na primeira metade do XX a figura de D.António foi revestida com uma aura de heroísmo e tomada como um exemplo de sacrifício pela pátria.³ Em 1932 Virginio Baptista escreveu a respeito de sua morte: “E assim desapareceu esse valoroso e leal português longe da Pátria que muito estremecia e pala qual tantos sacrifícios fizera (...) .” O mais importante estudo sobre o personagem *O reinado de D.António, Prior do Crato*, publicado em 1956 de autoria de Joaquim Veríssimo Serrão, defendia que: “Na vasta galeria de vultos ilustres que se destacam nos anais da história portuguesa (...) há muito ocupa um lugar de merecido relevo à figura de D.António, prior do Crato”. Apoiado por uma sólida pesquisa nas fontes, muitas delas inéditas e vindas de arquivos estrangeiros, Serrão descreve um herói e um povo motivados pelo amor à pátria, traídos por muitos que se venderam ao ouro castelhano. De forma muito consistente ataca a hipótese de bastardia de D.António e diversos estereótipos negativos que existiam sobre sua figura. Ao lado das obras de Mario Brandão, Damião Peres e Queiroz Velloso, tentava responder a uma: “(...) tradição mal fundada [que] vem denegrado [D.António] através dos séculos”.⁴

Pois a imagem D.António nas fontes conhecidas e nas obras publicadas era radicalmente diferente. Foi um bastardo, filho ilegítimo de D.Luís, que por ocasião da

² Cartas de D.António escritas em 1595, quatro dias antes de sua morte. (IV) Para o Conde Mauricio. In. A.Virginio Baptista. *Açores e o governo do rei D. Antonio, prior do Crato 1580-1583*. Portucalense, 1932. p.174-175

³ A primeira obra a reabilitar a figura do prior do Crato foi à de Dr.Manuel Bento de Sousa em *Doutor Minerva* (1844). O diplomata e escritor António de Portugal Faria (visconde de Faria), sendo considerado por Serrão “seu mais devotado arauto”, teve um papel de suma importância na recolha de diversos documentos que se encontravam dispersos. Suas obras são: *D.Antonio, prieur de Crato, XVIII e roi de Portugal 1534-1595. Extraits, notes et documents* (1909); *Archives concernant D.Antonio I , Prieur de Crato XVIII e Roi de Portugal et as descendance* (1917); *Descendance de D.Antonio, Prieur de Crato XVIII e Roi de Portugal* (1917); *Descendance de D.Antonio Prieur de Crato, XVIII e Roi de Portugal* (1929). Cf. Joaquim Veríssimo Serrão *Op.cit.* 1956 p.XXX-XXXI

⁴ A Virginio Baptista *Op.cit.* 1932. p.140-141; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op.cit.* 1956. p.XV e p.X

morte de D.Sebastião tentou se aproveitar da situação para se candidatar ao trono. Cego em sua ilusão ambiciosa de que era rei e tendo como único aliado o povo miserável, alimentado por promessas vazias, fez uma fraca resistência a Felipe II. Não tinha ciência da real situação do reino e nem capacidade para enfrentar tamanha crise. Em suma, um herói digno da pena de Cervantes.

Os elementos que constituem tal elaboração da memória de D.António se apóiam principalmente nas fontes jurídicas que seus inimigos políticos produziram no auge da crise dinástica. São documentos oficiais que necessitavam atingir um grande número de pessoas para se efetivarem e que, devido a sua natureza, gozaram do benefício de serem conservados e reproduzidos ao longo dos tempos. Nesta pesquisa verificamos que foi no âmbito da lei e da autoridade que D.António foi classificado como um *ilegítimo*, ou seja, bastardo, já que, até a crise dinástica nenhum documento de chancelaria menciona tal condição, nem seu pai ou mesmo Felipe II assim o denominaram.⁵ O fato, irrelevante em sua vida, torna-se de suma importância, pois caso fosse legítimo não poderia haver questionamentos quanto ao seu direito ao trono, e foi exatamente isso que afirmou a população depois de seu retorno do Marrocos. Em resposta D.Henrique afastou-o da corte em dezembro de 1578, julgando o caso em fins de Julho de 1579, e publicando em 28 de Agosto uma sentença que conclui por sua ilegitimidade.⁶ Sentença essa dada por juizes filipistas ou partidários de D.Catarina de Bragança.⁷

Todavia de nada adiantou continuar a obter apoios e convencer muitos de sua legitimidade, pois medidas mais duras foram tomadas. Em 28 de Novembro de 1579 o cardeal lança um virulento édito, classificando-o como *desobediente* e punindo-o exemplarmente: desnaturalizado da terra, D. Antonio foi privado das jurisdições, honras, privilégios, rendas e assentamentos - desta forma destruído o *prior do Crato* – e: “(...) esta minha carta de sentença mando que se pubrique na minha chancelaria moor e em todas as chancelarias da cassa da suplicação e do cível e mando a todas as minhas Iustijas e oficiais (...)”.⁸

⁵ Joaquim Veríssimo Serrão. *Op.cit* p. LII-LIII

⁶ As sentenças foram consultadas a partir de: Pero Roiz Soares *Memorial – Actas da Universitatis Conimbrigensis*. (1ª edição integral do manuscrito encontrado na Universidade de Lisboa). Leitura e revisão M. Lopes de Almeida. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953. p.124-127 e D.António Caetano de Sousa. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, parte II. Atlântida-Livraria Editora, Coimbra MCMXLVIII. p.125-129 que possui erros de transcrição.

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão *Op.cit*. 1956 p.LX

⁸ Pero Roiz Soares.*Op.cit* p.130-132

Assim se fixa a imagem de bastardo e desobediente, porém após sua aclamação estes estereótipos cedem lugar a acusações muito mais graves. O *Documento de Castro Marim*, escrito em 17 de Julho de 1580 pelos três governadores do reino: D.João de Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa representa uma das primeiras interpretações da aclamação de D.António e possui elementos que serão retomados mais tarde por outros detratores. Sabemos que foram impressos 200 exemplares e Felipe II ordenou que Medina Sidónia, comandante da frota invasora o espalhasse pelo Reino.⁹ Vejamos a descrição:

Na vila de Sanctarem aos dezanoue dias do mês de Junho passdo com alguma gente sediciosa E Rebelde convocando E alvorotando grande parte da gente popular, com grandes tumultos quebrando as portas da Câmara da dita villa, tirou a bandeira real, que nella estaua, E pela(s) rua(s) se fez apellidar por Rey, contra vontade do alcaide mor que nam pode fazer a resistêcia que conuinha para tomar desaperebido E contra vontade dos officiaes da câmara, que entendendo aquella injusta rebellião (...) ¹⁰

A imagem de D.António ainda se tornaria mais terrível. Oficialmente duas novas sentenças entre os anos 1581-1583 contra ele são expedidas, ainda no contexto das duras lutas pelo controle do Açores. A primeira parte de juizes eclesiásticos que explica como D.António obteve seus apoios: “(...) induzindo per si, e outras pessoas gente e povo delle pêra que o favorecessem (...)”, esta indução levou o povo a aclamá-lo como rei, inclusive com a ajuda de subornos. Aqui se inicia o seu reinado de terror, quando retorna: “(...) pêra a Cidade de Lixboa onde cometeo muitas tiranias, mortes, roubos, furtos de bens profanos, e eclesiásticos (...)”, e para terminar quando exilado se fez *pirata*. A segunda sentença parte da justiça secular, seguindo as mesmas premissas, ou seja, a desobediência do prior do Crato em cumprir a vontade do cardeal-rei, teria cometido atos de violências: “(...) sem outra cauza (...)”. Logo surge a figura de Felipe II que levou: “(...) seo exercito pêra livrar seos Vassalos da opersão, e tirnania com que estavam do dito Reo oprimidos, e tiranizados (...)”. E justificando os excessos do exército castelhano da sua entrada em Portugal: “(...) do que seguirão muitas mortes,

⁹ Originalmente ela foi escrita por Nuno Álvares Pereira, mas os governadores a alteram para melhor agradar Felipe II. Cf. Queiroz Velloso. O interregno p.220-221In: Damião Peres (dir.) *Historia de Portugal, edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Portucalense Editora, 1938 Vol. V.

¹⁰ Cédula dos governadores de Portugal nomeados pelo cardeal-rei D.henrique, sobre a sucessão do reino e declaração de D.António, prior do Crato, por rebelde, condenado-o ás penas cominadas nas leis. Castro Marim 17 de Julho de 1580. In: Joaquim Veríssimo Serrão. *Op.cit.* 1956. p. 559 doc. XLII

roubos, forças, e outros muitos males, perdas, e grandes danos que a guerra consigo trás, das quaes todos o dito D.António foi a cauza (...)”.¹¹

As fontes jurídicas não foram as únicas a contribuírem na formação de uma imagem negativa, elas convivem com um conjunto mais amplo. A começar por alguns impressos que Felipe II utilizou para destruir as argumentações jurídicas de D.António, como é o caso do *Edicto para que nadie tome por Don Antonio*, de 1580.¹² Mais do que isso muitos escritores da causa filipina escreveram relatos sobre o período que alcançaram fama por toda Europa e devido a sua difusão espalharam imagem desfavorável de D.António.¹³ Somadas às figuras de bastardo, rebelde, tirano e corsário temos as associações de caráter religioso, Luís Torres de Lima o autor de *Avisos do Ceo, Sucessos de Portugal* vê na chegada da armada espanhola a salvação do reino, pois D.António em 1589 estava diretamente ligado aos Ingleses, ou seja, os hereges.¹⁴ Um soldado alemão do exército que invadiu Portugal durante a crise dinástica, Iansquenete Nicolau Schmid, de Regensburg fez um poema com este insulto ao prior do Crato, com referências a sua possível origem judia: Don Anthoni.../ Kham Von khoniglichen stamem her/ Von einer Judiam in uneher/ Aus hurnerey kham er auff evdt (...)”.¹⁵ Associar a figura do prior do Crato a heresia e ao judaísmo certamente ajudava seus inimigos. O estereótipo de descendente de judeu – cuja comprovação é tão impossível quanto a sua bastardia – foi tomado como verdadeiro por muitos historiadores e para alguns justificando o desprezo a sua figura e o enaltecimento do cardeal-rei, que defendia a fé católica contra a ameaça judia.¹⁶

Também existiu uma política de manipulação da memória que contribui para que no espaço ibérico o *corpus* documental sobre D.António sempre tivesse um caráter predominantemente negativo, contrastando com os arquivos franceses e ingleses onde as fontes têm caráter enaltecedor. Resultado de tal política pode ser observado na

¹¹ D.António Caetano de Sousa..*Op.cit* Tomo .II parte .II pp.129-138

¹² Fernando J. Bouza-Álvarez. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações* (1580-1668). Lisboa, Cosmos, 2000. p.59 e nota 83

¹³ Izidro Velásquez *La Entrada que em el reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Felipe, Invictissimo, Rey de las Espanas*, Lisboa (1583), Franchi Conestaggio *Dell'Unione del Regno di Portogallo a la Corona di Castiglia*, Gênova (1585) e D.António Herrera, *Cinco libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores em los anos de 1582 y 1583*, Madrid (1591).

¹⁴ Ana Paula Torres Megiani. *O Rei ausente: festas e cultura política nas visitas dos Felipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo. Alameda. 2004. p.73-75 Foi utilizada uma edição do texto de 1733.

¹⁵ Franz Hunnerich; Ein bayerischer landsknecht uber die Eroberung Portugals durch Philipp II. In.: Jahne 1580, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XII p.927. apud. Mario Brandão. *Coimbra e D.Antonio, Rei de Portugal*. Vol.I, 1939 Nota (I) p.45-46

¹⁶ José Luis Reis Torgal. *Op.cit*. 1989. p.57

destruição de documentos referentes ao seu pai, ou mesmo na questão de sua bastardia, pois após a invasão o duque de Alba recebeu ordem de Felipe II para que tivesse especial cuidado com a questão do processo de ilegitimidade, recolhendo-se todos os arquivos sobre o caso, o que deveria ser exigido ao nuncio Alexandre Frumento, além de avisar a Inquisição de Lisboa caso permanecessem quaisquer registros.¹⁷ Também a memória oral tentou ser duramente suprimida, caçando todos aqueles que falassem palavras favoráveis ao prior do Crato, em especial o clero, em 2 de Fevereiro de 1581 o legado pontifício Riário publicou um édito: “(...) proibindo aos pregadores e ao clero em geral de tomarem parte na matéria do estado deste Reino de Portugal (...) devendo somente consagrar-se às questões espirituais; e com a mesma data, por carta monitória de Riário, ordenava-se aos clérigos portugueses adepto da causa de D.António para regressarem aos seus claustros e fazerem penitência das faltas cometidas.”¹⁸ O baixo clero talvez tenha sido o maior aliado de D.António e responsável por transmitir à população uma representação positiva de sua figura, exortando-os a luta.¹⁹

Muitos documentos até aqui citados foram reproduzidas nas *Provas da História Genealógica de Portugal*, de D.Caetano de Souza da Academia Real de História, oferecida a D.João V. E isto não é uma coincidência. A dinastia brigantina teve sérios problemas com a memória de D.António, sendo o motivo bastante simples: A memória favorável sobre o prior do Crato não foi esquecida e era embaraçoso para a nova dinastia explicar, para a população que ainda se lembrava de D.António, porque não participou das lutas anteriores contra Castela. Portanto era necessária uma imagem de D.António que justificasse tal atitude. Ao ler as páginas sobre a crise dinástica em *História de Portugal Restaurado* de D.Luís de Meneses, o 3º Conde de Ericeira (1632-1690), vemos que o prior do Crato: “Dispôs em Santarém os ânimos dos poucos que o acompanhavam, os quais, obrigados da fidelidade e do impulso, sem atenção ao perigo, o aclamaram Rei com poucas cerimônias e menos prudência.” A frente de suas tropas: “O Prior do Crato, com o cetro sem segurança e com a coroa sem firmeza, desvanecido e mal aconselhado (...) carecia totalmente de experiência.”²⁰ Em suma, os autores da Restauração enfatizavam a sua condição de bastardo, diminuíram as suas lutas a meros

¹⁷ Carta do duque de Alba para Jayas de 3 de Outubro de 1580 . apud. Mario Brandão. *Op.cit.* 1939 p.8

¹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão. *Op.cit.* 1956 p.193

¹⁹ Um exemplo: “(...) A todas as Igrejas por ordem huas tantas cada dia onde auvia pregaçois e nelas se não pregava outra matéria mais que exortar todos fossem com animo pelejar e morer por defensão da pátria (...).” Pero Roiz Soares. *Op.cit.* 1953 p.168

²⁰ Conde da Ericeira; *História de Portugal Restaurado*. Vol.I, Livraria Civilização Editora, MDCCX p 28-44

motins, o mostram como um inapto político. Assim o que se ressaltava era figura de D.Catarina de Bragança que comparada ao prior do Crato se mostrava prudente e ciente da situação.

Após um período de esquecimento no XVIII os historiadores do século XIX deram prosseguimento à tradição dos Braganças referente ao prior do Crato.²¹ Para Alexandre Herculano, o prior do Crato era: “(...) um miserável, que só se colocou à frente das resistências, as quais dirigiu sem ordem, sem juízo e sem energia, porque não lhe chegaram os castelhanos ao preço por que lhes queria vender alma e corpo”.²² Já Rebelo da Silva: “Creado na corte de D.João III, e corrompido desde a juventude pelas delicias, que n’ella corroíam depressa até as virtudes mais austeras, D.António não possuía os dotes de bom capitão, os brios, a tempera de character, e o engenho político indispensáveis para supportar o peso das responsabilidades, que assumia.”²³ A influência do *corpus* documental formado na crise é evidente na obra de Rebelo, pois usa de referência Conestaggio, autor defensor de Felipe II.

Foi necessária uma série de mudanças na sociedade portuguesa para que a imagem heróica de D.António submergisse: o fim da monarquia em 1910, a ascensão do nacionalismo e o posterior período salazarista foram algumas das alterações que deram motivos para que a documentação favorável ao prior do Crato fosse pesquisada e uma nova releitura de sua jornada fosse possível. Afinal era um líder do povo português contra um inimigo estrangeiro e uma nobreza corrupta. Porém a nova imagem de D.António não foi fecunda. Ela estava diretamente ligada à concepção de um período de trevas da União das Coroas, que após as obras de F. Braudel e V.M. Godinho, e mais recentemente F. Bouza Alvarez, foi alterada radicalmente.²⁴ As motivações econômicas e políticas foram colocadas em primeiro plano, assim como a demonstração de que há tempos a coroa portuguesa também desejava a unificação da península. O melhor entendimento do funcionamento das sociedades ditas de Antigo Regime demonstra cabalmente que qualquer análise nacionalista para o século XVI é anacrônica. Estranhamente, ao invés de uma revisão da figura de D.António, o que tivemos foi um abandono pelos estudiosos, talvez seguindo as palavras de Braudel: “A

²¹ Joaquim Veríssimo Serrão. *Op.cit.* 1956. p. XXV

²² Alexandre Herculano. *Opúsculos*, T. VI, Lisboa, 1884. p. 142

²³ Luiz Augusto Rebelo da Silva. *História de Portugal, nos séculos XVII e XVIII*. Tomo II. Lisboa, Imprensa Nacional, 1862. Nova edição fac-similada comemorativa do 1.º centenário da morte do autor. p. 295

²⁴ Vitorino Magalhães Godinho. 1580 e a Restauração. In *Ensaios sobre a história de Portugal*. Tomo II. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1968

partir de ahora, por muy apasionante, dolorosa y hasta pintoresca que se ala aventura de este rey em el destierro, queda al margen de la gran historia”.²⁵

Um retorno tímido ocorreu nas ultimas décadas, em grande parte devido ao interesse sobre D.Sebastião e o Sebastianismo, em que a figura do prior do Crato aparece como uma presença incontornável. Mas, no lugar de renovação, o que é possível encontrar é o retorno de toda representação depreciativa, bem como de certos estereótipos capazes inclusive de orientar o próprio estudo histórico. Em 1993 temos a seguinte opinião de Joaquim Romero Magalhães acerca do personagem: “(...) o bastardo gastador e apreciador de boa vida e alegres companhias (...)”, em que o povo humilde, seus únicos seguidores, o teria lutado por causa dele, e nunca por ele. D.António foi o protagonista de uma simples aventura.²⁶ Dessa forma o que temos hoje é um novo predomínio de uma imagem negativa é pouco isenta de imparcialidade.

Podemos concluir que até o presente momento a figura de D.António continua envolta de mitos e estereótipos. Alguns são oriundos dos inúmeros registros que a memória escrita dos eventos nos deixou, outros foram criados com fins políticos bem precisos. Os historiadores envolvidos, seja com o nacionalismo, seja com a sua destruição como ideologia, valem-se do prior do Crato para reafirmar suas posições. Rei ou usurpador, bastardo ou legítimo, herói ou vilão não sabemos, o que podemos afirmar com certeza é sua eterna capacidade de atrair os sentimentos mais profundos da sociedade portuguesa.

²⁵ Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México. Fondo de Cultura Económica. 1953 p.463-475

²⁶ Joaquim Romero Magalhães. D.António. In: José Mattoso (org.). *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, 1993. Vol.III p. 559-563